



PRIMEIRA LINHA NOVAS REGRAS DAS DEDUÇÕES DE IRS

Novo IRS: um olho na factura, outro no computador

Deste ano em diante, não basta ter facturas para as deduzir no IRS. É preciso pedi-las em separado, consoante o tipo de produtos, garantir que os comerciantes as enviam e que estão correctamente classificadas pelo Fisco. Caso contrário, a factura do IRS sobe.

ELISABETE MIRANDA

elisabetemiranda@negocios.pt

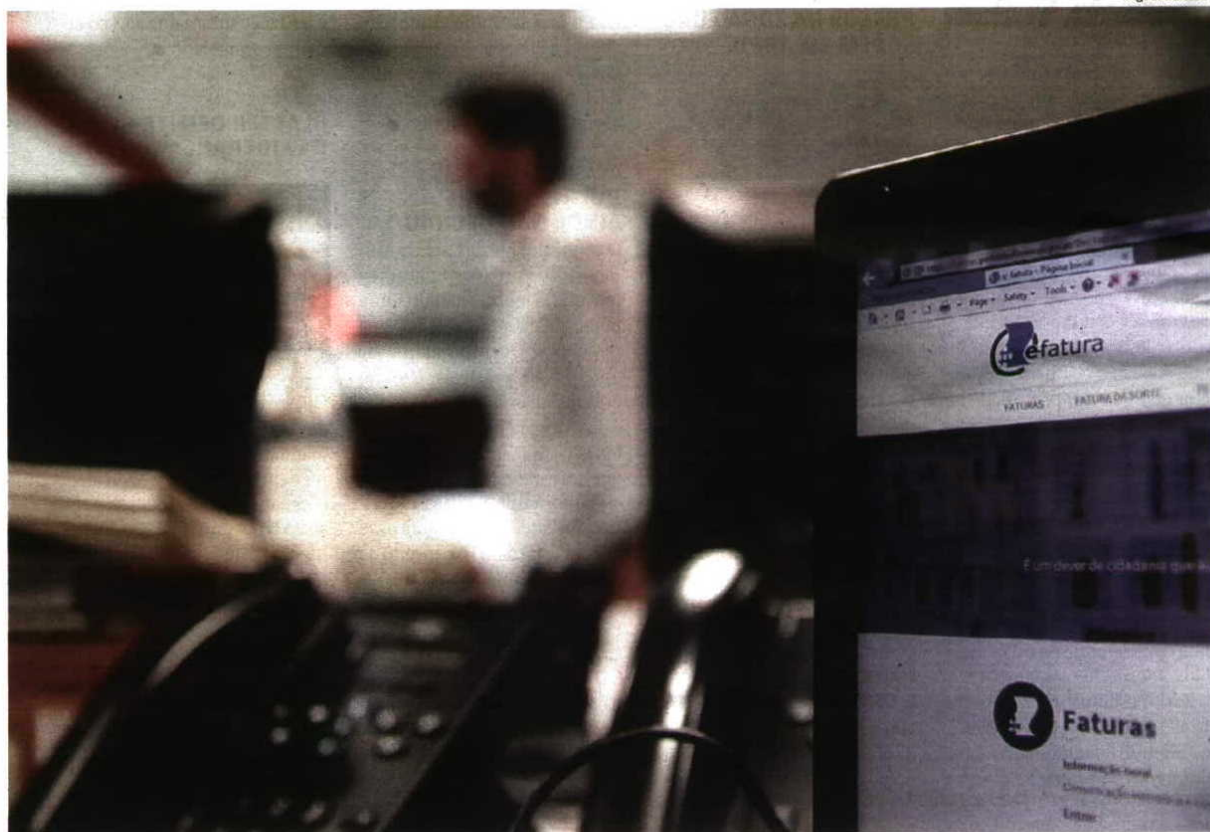
FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

Agora que o IRS de 2014 está entregue e arrumado é preciso começar a acautelar o próximo, de 2015. É que a partir deste ano há novas regras e procedimentos mais complexos que obrigam os contribuintes a trabalhos e atenções redobradas, quer antes, quer depois de pedir as facturas. Quem se distrair, arrisca-se a perder o direito às deduções e a pagar mais imposto.

Uma regra básica a reter desde já é que, a partir deste ano há uma nova categoria de deduções que são admissíveis no IRS, as chamadas despesas gerais e familiares. Esta nova categoria dá direito a uma dedução máxima de 250 euros por sujeito passivo (os filhos não contam) sendo que, para atingir este valor, é preciso ter um máximo de 715 euros em facturas. Mas atenção: esta nova dedução não é uma benesse. Pelo contrário, trata-se de uma contrapartida para que possa ter direito a uma dedução à colecta que até aqui era atribuída de forma automática pelo Fisco. Portanto, depois de juntar 715 euros, pode descansar. Mas se não gastar este valor, pagará mesmo mais IRS. As restantes categorias de despesa, como a saúde, a educação, a habitação ou o incentivo em IVA na restauração ou cabeleireiros, mantêm-se como até aqui, embora com diferenças em relação a tectos e percentagens, que depois se reflectirão na colecta.

Quanto aos procedimentos, há vários novos passos a reter. A lógica do IRS é que o sistema deixe de ser auto-declarativo, isto é, deixa de ser cada contribuinte a preencher na declaração quanto gastou em cada



As novas regras do IRS exigem que os contribuintes vão periodicamente à internet vigiar as suas facturas. Distrações podem ser sinónimo de mais imposto.

uma das categorias de despesas, sendo elas pré-preenchidas a partir da informação que os comerciantes e prestadores de serviços enviam ao Fisco através do E-fatura.

Para isto é preciso que peça as facturas com número de contribuinte (NIF) e que, na mesma compra, se certifique que para cada tipo de despesa que é aceite no IRS pede facturas separadas. Se as regras não forem entretanto alteradas, e se por exemplo misturar na mesma factura um medicamento com IVA a 23% sem receita, com um de IVA a 6%, perde o direito a abater os valores como despesas de saúde (ver textos

complementares).

Depois disso, é necessário que se certifique que os comerciantes e prestadores de serviços enviaram as suas facturas ao Fisco. Caso não o tenham feito (o prazo é até ao dia 25

30 FEVEREIRO

Nesta data, o Fisco calcula as deduções globais a partir do que já foi comunicado.

do mês seguinte em que se deu a venda), é preciso indicar ao Fisco informação que foi subtraída do sistema, preenchendo os elementos da factura em falta.

E depois disso ainda, tem de garantir que o Fisco catalogou as suas despesas correctamente, na respectiva área de dedução (se, por exemplo, um medicamento figurar como despesa geral e não der por isso, perde dinheiro).

Tirando os cuidados prévios que é preciso ter no momento de pedir factura, tudo o resto tem de ser feito pela Internet. Se não a tiver ou não souber lidar com ela, tem de pe-

dir a terceiros que lhe controlem as deduções.

Se não conseguir vigiar as suas facturas no Portal das Finanças periodicamente, terá de fazê-lo por atacado no máximo até 15 de Fevereiro de cada ano. Só que aqui, tem um molho de papéis maior para verificar, de uma só vez.

Se seguir todos estes passos, para o ano, na hora de preencher o IRS tem o trabalho feito: a declaração aparece toda pré-preenchida – isto caso opte por declarações separadas de IRS e tenha apenas rendimentos do trabalho dependente e pensões. ■

Miguel Baltazar

ID: 59559003

03-06-2015

Pedir factura não basta, é preciso dizer quantas quer

Na farmácia, na livraria ou no supermercado: sempre que no mesmo local fizer compras com natureza diferente entre si, tem de pedir facturas separadas, sob pena de perder o direito à dedução em IRS.

Por exemplo, se for a uma livraria e comprar livros escolares e livros de leitura recreativa, tem de pedir duas facturas: um mês depois, tem de ir ao portal das finanças registar os livros escolares como despesa de educação e os outros como despesas gerais familiares. Do mesmo modo, se for a um supermercado e comprar também um livro escolar e ainda um medicamento de venda livre à taxa de 6%, tem de pedir três facturas: uma com os bens de despesas escolares, outra com a despesa de saúde, e o resto com as despesas gerais familiares. Outro exemplo ainda: se for a uma livraria-bar comprar um livro e, pelo meio, tomar um café, tem de pedir duas facturas: uma pelo livro, que inscreve em despesas gerais, outra pelo café, que inscreve nos serviços de restauração. Na farmácia é igual: um medicamento com IVA a 6% e outro com IVA a 23%, sem receita, não podem ser facturados em conjunto.

Se não seguir estes procedimentos, as Finanças classificam tudo como despesas gerais familiares. Esta situação especialmente delicada quando estão em causa despesas de educação e despesas de saúde, onde as deduções são mais elevadas. Quem não pedir facturas à parte, tem uma dedução menor, logo paga mais IRS. ■ EM/FL

Comprar livros, comida e remédios no supermercado exige 3 facturas.

Recibos verdes têm de validar cada factura

Se é trabalhador independente em exclusividade ou em acumulação com outras actividades está obrigado a uma tarefa acrescida em relação aos demais contribuintes: precisa de olhar para cada uma das facturas e dizer se a despesa foi feita a título profissional ou particular. Mesmo que tenha regime simplificado, só passe uma factura no ano ou até nem passe nenhuma, o procedimento tem de ser repetido. Caso contrário, elas ficam pendentes, não são aceites, e o IRS aumenta.

Ao entrar no Portal das Finanças, na área pessoal do E-factura, quem passa recibos verdes tem de estar atento a uma mensagem que aparece no topo da página, a sombreado bege, indicando que há um conjunto de facturas pendentes. Escolhendo a opção "complementar a informação das facturas" aparece uma lista de despesas (daquelas que foram devidamente comunicadas pelos comerciantes e prestadores de serviços). Será preciso, em relação a cada uma das facturas pendentes, dizer se a despesa foi contraída no âmbito da actividade profissional (e aí ela não é considerada) ou fora da actividade profissional, a título pessoal (e nesse caso ela é aceite).

Depois deste procedimento, aplicam-se as regras gerais que as demais categorias de contribuintes enfrentam. As facturas que o Fisco não catalogou previamente têm de ser classificadas (é preciso dizer a que respeitam). Também é preciso garantir que todas as facturas que pediu lá estão e, não estando, avisar disso mesmo. ■ EM/FL

Quem tem actividade aberta fica com facturas pendentes.

Escolas públicas discriminadas em relação às privadas

Alunos de colégios privados podem deduzir a despesa com cantina ou com transporte desde que incluídos no total da mensalidade. Na escola pública, a cantina e o passe social não contam como despesas de educação.

O facto de pagar todas as despesas escolares numa única mensalidade, como acontece a quem tem filhos em escolas privadas, está a criar uma diferença de tratamento em relação aos alunos das escolas públicas. Em causa estão os gastos com alimentação – a senha diária da cantina – ou com transportes – o passe escolar para a criança apanhar diariamente o autocarro ou o Metro que, no caso do ensino público, são facturados directamente pelas empresas de restauração e transporte que prestam os serviços. O que acontece é que, no primeiro caso são aceites como dedução de educação ao IRS, mas no segundo, o das escolas públicas, isso já não será possível.

Esta discriminação resulta do novo código do IRS, que entrou em vigor este ano e passou a aceitar como deduções apenas os serviços ou bens isentos de IVA ou à taxa reduzida deste imposto (6%) e que, ao mesmo tempo, sejam prestados por entidades enquadradas nos sectores de actividade de educação ou comércio a retalho de livros.

Isso exclui automaticamente os serviços das cantinas – a restauração suporta IVA a 23%, a taxa

máxima – bem como os transportes para a escola. É que, apesar de o transporte de passageiros estar sujeito a IVA à taxa reduzida, as empresas de transporte não se enquadram nas categorias relativas à educação.

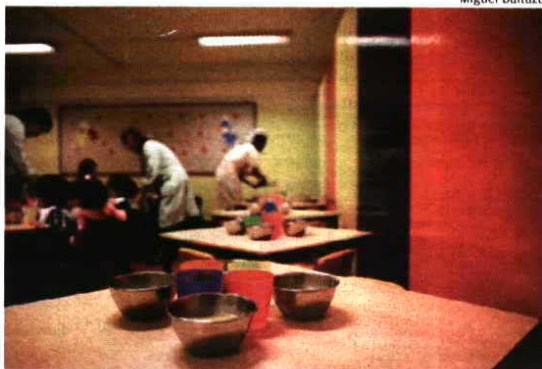
Então e se a alimentação e o transporte das crianças para a escola estiver incluída na mensalidade cobrada pelos estabelecimentos de ensino privado? "Nesse caso, sendo efectuado um pagamento total a título de mensalidade, o qual já inclui o pagamento de transporte e de alimentação prestados por esse estabelecimento e não discriminados na factura, já será possível deduzir essas despesas em sede de IRS", explica o fiscalista Miguel Torres. Basta, para isso, que a escola esteja enquadrada,

para efeitos fiscais, no sector de actividade de educação.

Esta mesma tem sido, aliás, a resposta dada pelos serviços da Autoridade Tributária confrontados com as dúvidas dos contribuintes no site das Finanças. "A alimentação escolar deixou de ser considerada uma despesa de educação para efeitos de dedução à colecta de IRS, podendo ser associada à dedução relativa a restauração", lê-se numa resposta a um contribuinte a que o Negócios teve acesso.

Desta forma, para quem tenha os filhos em escolas públicas, os gastos com alimentação só poderão ser deduzidos ao IRS na dedução relativa à restauração, que permite deduzir ao imposto uma fatia de 15% do IVA suportado em cada factura que seja comunicada às Finanças. Já as despesas com transporte, sempre que a distância a partir de casa não permita deslocar a pé, apenas contarão para a nova dedução ao IRS das despesas gerais familiares, onde se integram, de resto, quaisquer despesas do agregado e onde são aceites 35% do total, mas com um limite de 250 euros por sujeito passivo, muito facilmente atingíveis por qualquer família. ■ FL/EM

As despesas com a cantina, com IVA a 23% não contam para deduzir ao IRS.



Os custos da alimentação nas escolas públicas só contam para o benefício do IVA.

“

Sendo efectuado um pagamento total a título de mensalidade, já será possível deduzir essas despesas [alimentação e transporte] em sede de IRS.

MIGUEL TORRES
Advogado da Telles

PRIMEIRA LINHA **NOVAS REGRAS DAS DEDUÇÕES DE IRS**

O que tem de fazer para garantir todas as deduções

Garantir que deduz tudo a que tem direito e não paga mais IRS exige que tenha atenção. Deixamos-lhe um guia sobre as novas dúvidas processuais, para que se possa ir preparando.



Questões gerais

O novo sistema e-fatura, através do qual o Fisco passa a poder pré-preencher praticamente na totalidade as declarações de IRS, exige um grande envolvimento dos contribuintes, não só no pedido de fatura, quando esta não é automática, mas sobretudo no seu controle no Portal das Finanças. Por isso, cada pessoa deve ter uma senha de acesso (a mesma que se usa para aceder à página pessoal do contribuinte). O pedido é feito online, no Portal e a password é depois enviada para casa por correio.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Porque é que as facturas têm de ser confirmadas?

São os operadores económicos que comunicam mensalmente ao Fisco as facturas emitidas, bem como recibos verdes passados em seu nome. Estes aparecem depois na página de cada pessoa no e-fatura e aí devem ser confirmadas. Por um lado, para garantir que estão lá todos e, por outro, porque por vezes o Fisco não sabe a que sector de actividade corresponde - por exemplo, quando uma entidade se dedica a várias actividades. Nesse caso ficam pendentes e tem de ser o contribuinte a assinalar o sector a que respeitam, para futura dedução ao IRS.

Até quando podem ser confirmadas?

Até ao dia 15 de Fevereiro do ano seguinte àquele a que dizem respeito. Atenção que os operadores económicos devem comunicar as facturas emitidas até 25 do mês seguinte e só no final desse mesmo mês aparecem no site das Finanças, na página de cada um.

E se as facturas não tiverem sido comunicadas ao Fisco?

Nesse caso, o contribuinte deverá inseri-las lá pessoalmente, entrando em "registar facturas" e inserindo os dados que contam da fatura.

Se entretanto a empresa também comunicar, já fora do prazo, não estranhe: as facturas aparecerão em duplicado no site mas apenas uma será contabilizada. As regras são as mesmas para o caso de uma factura não ter sido comunicada correctamente, caso em que o contribuinte deve corrigir os dados.

É preciso guardar as facturas?

A partir do momento em que se certifique que as facturas estão no site, não é preciso guardá-las. Se não estiverem e for o contribuinte a inseri-las - ou se corrigir alguma -, deverá esperar até 15 de Fevereiro do ano seguinte para verificar que está tudo "ok". Se até aí o emitente não as tiver declarado, então essas facturas têm de ser guardadas durante quatro anos.

Como controlar as facturas dos filhos?

As facturas dos filhos podem ser emitidas com os números de contribuinte dos pais. Quando o número de contribuinte for dos filhos, também é preciso verificar se as facturas foram comunicadas ao Fisco. Para tal, é precisa uma "password" de acesso para cada dependente. Depois disso, o Fisco permite aos pais criarem um acesso directo à página do e-fatura dos filhos. ■



€1.000
Benefício fiscal máximo

Despesas de Saúde

A dedução de despesas de saúde aumentou de 10% para 15%, não podendo contudo ultrapassar os 1.000 euros por cada agregado familiar. O mesmo se aplica aos seguros de saúde. Estão aqui incluídos todos os produtos e prestações de serviços de saúde que estejam isentos de IVA ou sujeitos à taxa reduzida. Os produtos que paguem IVA à taxa normal estavam excluídos, mas uma emenda recentemente entregue no Parlamento deverá alterar esta situação e voltar a abrangê-los.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Os produtos com IVA a 23% podem abater-se ao IRS?

Não está previsto, mas o governo entregou recentemente propostas de alteração no Parlamento permitindo que possam ser abatidos. E, a julgar pelo projecto de lei, elas surgirão com os mesmos tectos que as demais despesas. Ou seja, desde que haja receita médica, estas despesas serão consideradas por 15% do seu valor. Será, contudo, preciso que na área do E-fatura indique que tem receita médica para elas. Estão aqui considerados por exemplo produtos dermatológicos ou pastas de dentes.

As armações de óculos e o ginásio podem ser deduzidas?

As armações fazem parte dos produtos com IVA a 23%. Podem ser deduzidos, desde que haja receita. Colchões ortopédicos e ginásio também se forem justificadas com prescrição médica para o tratamento de uma doença/anomalia de saúde, sublinha Miguel Torres. Se a proposta que está no Parlamento não se alterar, estas despesas valerão 15%.

A receita tem de ser passada quantas vezes pelo médico?

Dependerá da forma como o médico redija a prescrição, esclarece o advogado Miguel Torres. ■



€800
Benefício fiscal máximo

Educação

São dedutíveis à colecta do IRS 30% das despesas de formação e educação de qualquer membro do agregado familiar, com o limite máximo de 800 euros. Só são aceites gastos com bens ou serviços isentos de IVA ou com a taxa reduzida de 6% e as entidades que emitem a factura devem estar registados nos seguintes sectores de actividade: educação, comércio a retalho de livros em estabelecimentos comercializados e actividades de cuidados para crianças, sem alojamento.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

As despesas com material escolar contam para o IRS?

Não, à excepção dos manuais. O Código do IRS apenas considera despesas escolares os gastos com creches, jardins-de-infância, lactários, escolas, estabelecimentos de ensino e outros serviços de educação, bem como as despesas com manuais e livros escolares. Além disso, têm de ser bens e serviços isentos de IVA ou à taxa reduzida de 6%. Isso exclui as despesas com material como lápis, canetas ou cadernos, que se compram em qualquer papelaria ou supermercado e que antes eram aceites, explica o fiscalista Miguel Torres.

O que fazer se adquirir os livros no hipermercado ou numa papelaria?

Deve começar por pedir uma factura em separado só para os livros, porque nas facturas enviadas para as Finanças não são discriminados os produtos e o Fisco não sabe se são livros escolares. É provável que a factura fique pendente no portal das Finanças ou que apareça em "outros", caso em que só conta para a dedução das despesas gerais familiares. Assim, terá de lá ir indicar que se trata de manuais escolares. Também pode acontecer que o estabelecimento comercial em causa,

apesar de vender livros, não tenha o código de actividade adequado - Comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados. Se assim for, e se no Portal das Finanças não conseguir incluir aquela factura na educação, deverá informar a AT através do "e-balcão" ou telefone, para que o estabelecimento comercial seja chamado a actualizar os seus dados.

As despesas com amas são dedutíveis à colecta?

O Código do IRS está agora a ser alterado para passarem a ser dedutíveis, mas desde que as amas estejam registadas com a actividade de "cuidados para crianças, sem alojamento". O valor pago à empregada que faz serviços domésticos e que fica em casa com as crianças não é aceite.

Como controlar as despesas com propinas?

No caso de estabelecimentos de ensino públicos, dispensados de emitir factura, os valores só serão comunicados às Finanças até ao fim do mês de Janeiro do ano seguinte. E será nessa altura que deverão ser confirmados pelos contribuintes. No caso de estabelecimentos de ensino privados, aplicam-se as regras gerais.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

ELISABETE MIRANDA

elisabetemiranda@negocios.pt

Uma senha de acesso à sua página no E-fatura e paciência e determinação para, periodicamente, ir ver qual é o ponto de situação em relação às facturas que foi pedindo ou que foram emitidas auto-

maticamente com o seu número de contribuinte. Estes serão os ingredientes básicos para garantir que, no próximo ano, não terá um montão de facturas por verificar e que, quando o Fisco fizer a liquidação do seu IRS, terá garantidas todas as deduções fiscais a que tem direito. Isto porque é certo que lhe aparecerão facturas pendentes ou que terá de reenquadrar outras no devido sector que lhe dará direito à dedução.

À medida que as facturas das aquisições de bens e serviços vão sen-

do comunicadas ao Fisco – ou inseridas pelos consumidores, se tal não tiver acontecido –, os valores provisórios das deduções a que o contribuinte terá direito no final do ano vão sendo actualizados e podem ser consultados na sua página pessoal.

O montante final, já calculado pelo Fisco, será disponibilizado no Portal das Finanças até ao final do mês de fevereiro do ano seguinte ao da emissão das facturas. Nessa altura, o contribuinte poderá reclamar, caso não concorde com as contas fi-

nais que foram feitas. Terá um prazo relativamente curto para o fazer, até 15 de Março, devendo apresentar uma reclamação graciosa junto dos serviços da Autoridade Tributária.

O Negócios foi ver quais as principais dúvidas que se colocam nesta altura aos contribuintes, sendo que, para algumas ainda não há resposta, nomeadamente no que toca a despesas de saúde com IVA a 23%, matéria que está agora a ser revista no Parlamento. ■

15

DE MARÇO

Data limite para reclamar do cálculo de deduções feito pelo Fisco e disponibilizado até final de Fevereiro.



15%

Dedução à colecta

Habitação

São aceites para efeitos de IRS as despesas com juros do crédito à habitação de empréstimos contraídos antes de 2012. A dedução é de 15%, até um máximo de 296 euros. No caso das rendas, os contratos celebrados após 1990 são dedutíveis até 15%, até um máximo de 596 euros. Deste ano em diante, contudo, estas deduções passam a variar em função do nível de rendimento, havendo escalões para cada patamar de rendimento colectável.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Os encargos com empréstimos aparecem no E-fatura?

Aparecem, mas não mensalmente, como a generalidade das despesas. Segundo o Ministério das Finanças, tudo continuará como até aqui: os bancos comunicam anualmente os juros do crédito à habitação ao Fisco, e este preenche o campo. Portanto, não vale a pena procurar o valor dos juros na área do E-fatura no portal das finanças, porque eles não estarão lá. Se eventualmente lhe aparecerem listadas despesas do banco, essas deverão respeitar a outros tipos de despesas bancárias, como é o caso das despesas com manutenção de contas. Nesse caso, elas deverão ser registadas como despesas gerais e familiares e concorrer para o tecto dos 250 euros de dedução.

E no caso das rendas declaradas, aparecem?

Aí é diferente. No caso das rendas, os senhorios estão obrigados a mensalmente emitir um recibo de renda electrónico no portal das finanças, pelo que os montantes deverão ir aparecendo. De todo o modo, este ano, o prazo foi prorrogado até Novembro, pelo que é possível que só após esta data os inquilinos vejam a totalidade das rendas disponíveis.

Até quando podem ser confirmadas todas as facturas?

Como nas demais situações, até ao dia 15 de Fevereiro do ano seguinte. Passados 15 dias, a 30, o Fisco apresenta o valor final para as respectivas deduções. E, caso o contribuinte não concorde, tem até 15 de Março para reclamar.



€403,75

Benefício fiscal máximo

Encargos com Lares

À coleta do IRS são dedutíveis 25 % dos valores suportados a título de encargos com lares, com um limite global de 403,75 euros. As facturas, como manadadas as novas regras, têm de ter todas o Número de contribuinte e ser comunicadas às Finanças.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Que encargos contam para esta dedução?

Os que correspondam a serviços prestados por entidades habilitadas, nas categorias de actividades de apoio social para pessoas idosas e com deficiência com alojamento ou sem alojamento.

O apoio domiciliário está incluído?

Está incluído desde que prestado por especialistas que passem recibo verde e estejam registados nas categorias referidas. Isso significa que um simples contrato de serviço doméstico, com uma pessoa que acompanha um idoso que não pode estar sozinho, por exemplo, não serve de base à dedução. Se for um enfermeiro, por exemplo, aí já poderá ser aceite.



20% do total

Dedução à colecta

Pensões de Alimentos

São dedutíveis à coleta 20% do total das importâncias pagas a título de pensões de alimentos às quais o contribuinte esteja obrigado por sentença judicial ou por acordo devidamente homologado. Quem as recebe deve declará-las ao Fisco como rendimento.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Como são declaradas ao Fisco as pensões de alimentos?

Neste caso não são emitidas facturas, pelo que os valores em causa não aparecem no E-fatura e também não aparecerão pré-preenchidos na declaração de IRS. Assim, não havendo guarda conjunta, quem paga a pensão deve indicá-la no Anexo H do IRS, identificando o NIF dos filhos. Irá deduzir 20% do total, mas deixa de poder deduzir à

colecta outras despesas relacionadas com aquele dependente, alerta o fiscalista Miguel Torres.

O que deve fazer o progenitor que recebe a pensão?

Deverá também declará-la na sua declaração de IRS mas aí como rendimento, no Anexo A, indicando como entidade pagadora o NIF do outro progenitor. Será tributada a uma taxa autónoma de 20%.



€250

Benefício fiscal máximo

Despesas gerais familiares

Esta é uma nova dedução, criada com a reforma do IRS, que permite deduzir à coleta 35% do total de despesas do agregado familiar, com um limite de 250 euros por cada sujeito passivo titular de rendimentos ou 335 para famílias monoparentais.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Que facturas contam para esta dedução?

Todas as facturas relativas a aquisições de bens e serviços de qualquer membro do agregado familiar desde que tenham inscrito o número fiscal de contribuinte do adquirente e sejam comunicadas às Finanças pelos comerciantes ou pelo contribuinte, caso os primeiros não o façam. É nesta categoria que são in-

cluídas as facturas em que o Fisco não consegue saber a que dedução respeitam e sempre que o contribuinte não foi ao site complementar a informação. As facturas emitidas de forma automática, como as da água, luz, ou telefone, também são aqui incluídas, pelo que o limite de 250 euros por sujeito passivo é facilmente alcançável, reduzindo o interesse em pedir factura com NIF.



€250

Benefício fiscal máximo

Benefício fiscal do IVA

São dedutíveis 15% do IVA suportado em sectores de actividade específicos: restauração e hotelaria, reparação de automóveis, reparação de veículos motorizados e salões de beleza ou cabeleireiros. As facturas têm de ser comunicadas e conter o NIF do adquirente.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Como beneficiar se a empresa tiver várias actividades?

Se, por exemplo, almoçar no restaurante de um supermercado, a factura que será comunicada às Finanças aparecerá enquadrada nas despesas gerais familiares e, por isso, não contará para o benefício fiscal do IVA. Aqui, mais uma vez, o contribuinte será obrigado a pedir factura em separado, guardá-la e, depois, quando esta aparecer no Por-

tal das Finanças, ir lá reenquadrá-la e informar o Fisco de que aquela foi, afinal, uma despesa de restauração. Outro exemplo, mas em sentido inverso, será o de uma ida a uma oficina para meter gasolina no carro. É possível que a factura apareça na sua página como uma despesa de reparação, quando afinal não o foi. Aí é o Fisco que arrisca sair a perder, a menos que o contribuinte vá reenquadrar a factura.

23%

SAÚDE

As facturas de saúde com IVA a 23% têm de ser separadas das demais, caso não haja receita médica.

250

DESPESAS GERAIS

A dedução à coleta que agora era atribuída de forma automática exige agora o pedido de facturas com NIF.

ID: 59559003

03-06-2015

E-fatura

Guia para garantir todas as deduções fiscais no IRS

Saiba o que fazer já para evitar más surpresas no próximo ano | Não basta pedir facturas, é preciso controlá-las na Internet | Escolas públicas discriminadas em relação às privadas

PRIMEIRA LINHA 4 a 7